

ATA N.º 26/2017 – Reunião ordinária dia 2017.11.21

1 -----Aos vinte e um dias do mês de Novembro do ano de dois mil e
2 dezassete, nesta vila de Bombarral e na sala de reuniões do edifício dos
3 Paços do Município, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal
4 de Bombarral, com a presença do senhor Presidente da Câmara Ricardo
5 Manuel Silva Fernandes, do senhor Vice-Presidente da Câmara Nuno
6 Alexandre Gomes Vicente, e dos senhores Vereadores Patrícia Alexandra
7 Costa Pereira de Paula, Vítor Manuel Ferreira da Fonseca, José Manuel
8 Gonçalves Vieira, Nuno Manuel Mota Silva e Rosa Maria Bastos Gonçalves
9 Guerra.-----

10 -----Secretariou a reunião a assistente técnica Ana Rute Mil-Homens
11 Martins.-----

12 -----Esteve igualmente presente o assistente técnico Nuno Taborda
13 Ferreira.-----

14 -----Pelas 15:10 horas foi a reunião declarada aberta pelo senhor
15 Presidente da Câmara.-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

16 **DO SENHOR VEREADOR JOSÉ MANUEL VIEIRA:-----**

17 **0924. ENTREVISTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA AO JORNAL**

18 **REGIÃO OESTE:** “Aponta para uma resposta, chamemos-lhe assim, para a
19 entrevista do senhor Presidente da Câmara ao jornal Região Oeste.
20 Relativamente a essa entrevista que o Presidente da Câmara concedeu ao
21 jornal Região Oeste, não vou pronunciar-me sobre tudo aquilo que referiu,
22 embora haja de facto muita matéria para análises futuras. Não posso deixar
23 de dar um esclarecimento sobre o que foi o processo de passagem de
24 testemunho da minha presidência para a sua. Em primeiro lugar, para que
25 fique bem claro, o processo de transição marca o nosso rigor e
26 transparência. Talvez pela primeira vez na história da Câmara Municipal foi
27 o Presidente cessante que teve a preocupação de chamar o novo
28 Presidente eleito para lhe transmitir os assuntos pendentes. Da minha parte
29 e da parte dos Vereadores que me acompanharam ficou claro que todos os
30 processos, sem exceção, bem como os respetivos projetos ficariam à
31 guarda dos competentes serviços, situação que inequivocamente
32 aconteceu. Tal como lhe referi num dos dois encontros que tivemos no meu
33 gabinete na altura, deixámos algumas pastas cujos conteúdos eram
34 apontamentos pessoais sobre os diversos processos em curso. Ficaram as
35 pastas, porque estas eram pertença do município, mas os apontamentos
36 eram nossos. Os conteúdos institucionais e públicos, esses estão nos
37 setores respetivos e os apontamentos pessoais a cada um pertencem como
38 é óbvio. Para quem não sabe toda a documentação oficial que entra nesta
39 Câmara é digitalizada e é dada a sua entrada no sistema sendo sempre
40

ATA N.º 26/2017 – Reunião ordinária dia 2017.11.21

41 possível recuperar qualquer processo. Por outro lado, existem atas das
42 reuniões que espelham todo o histórico dos processos e das votações a que
43 foram sujeitas e relatam todas as discussões em torno dos projetos e outros
44 assuntos. Ninguém aqui consegue franquiar as realidades, ou consegue
45 desviar documentos como supostamente foi indicada à comunicação social
46 por o atual Presidente, porque de facto, para além de estar a cometer um
47 crime está sujeito a que as coisas facilmente sejam desmascaradas.
48 Lembro que nessas discussões fizeram parte não só os supostos
49 desviadores de projetos ou processos de pastas, foram também os eleitos
50 do Partido Socialista que sempre acompanharam a par e passo, tudo aquilo
51 que foi o desenvolvimento processual e movimento de projetos nesta casa.
52 Lembro que foi ainda transmitido ao atual Presidente que projetos tão
53 importantes como a requalificação do mercado municipal, a adaptação aos
54 usos municipais das instalações do instituto da vinha e do vinho que
55 adquirimos, são do conhecimento dos serviços e estariam na altura a ser
56 completados por gabinetes competentes cujos nomes lhes foram
57 informados, e que eu posteriormente aqui referi já em reuniões que
58 antecederam esta. Lamento por isso, que as palavras do senhor Presidente
59 e o exibicionismo que patenteou perante a comunicação social só têm
60 servido para lançar a confusão junto dos nossos munícipes, tendo
61 inclusivamente alguns deles, sem quaisquer provas, lançado ataques
62 infundados ao anterior executivo camarário. No nosso entender, se me é
63 permitido falar assim, deveria o atual Presidente da Câmara retratar-se
64 publicamente acerca desta ofensa com que atingiu alguns Vereadores da
65 sua própria Câmara, fomentando à partida desta forma a desestabilização
66 que não é desejável para o empenho das suas funções e para o futuro do
67 Bombarral. Só se encontra uma explicação para esta atitude que pode
68 passar por falta de calo e experiência para dar continuidade a um trabalho
69 que se encontra adiantado, já várias vezes disse e, pronto a avançar. É este
70 meu desabafo inicial em período antes da ordem do dia”.....

71 **DA SENHORA VEREADORA ROSA GUERRA: -----**

72 **0925. NOTA DE RETIFICAÇÃO REFERENTE À ÚLTIMA REUNIÃO:** “Tendo em
73 conta que eu fiz uma referência na última reunião pretendo hoje em relação
74 ao mesmo clarificar essa situação que referi, tendo em conta que, quando o
75 senhor Presidente mencionou aqui na última reunião que iria mandar fazer
76 uma auditoria, ou uma inspeção, uma inspeção aos serviços eu mencionei,
77 concordei e mencionei, que essa mesma inspeção, auditoria, como queira
78 chamar, devia ser mais ampla, mais alargada e realmente eu referi com por
79 exemplo, os recursos humanos. Assim sendo acho que tenho que retificar
80 aqui uma coisa para que não haja mal-entendidos que é o seguinte: eu não

ATA N.º 26/2017 – Reunião ordinária dia 2017.11.21

81 tenho qualquer tipo de suspeita em relação aos recursos humanos. Quando
82 falo em ampliar as auditorias e fiscalizações, isso é amplo é em todos os
83 setores. Eu não quis de maneira nenhuma referir, direcionar para um setor
84 específico. No entanto, tenho alguma curiosidade, e aí sim, aguardo que
85 quando for oportuno da parte do senhor Presidente porque terminei um
86 mandato aqui há pouco tempo a exercer o cargo de vereadora, no que diz
87 respeito a um ou mais processos disciplinares, tenho alguma curiosidade,
88 sei que tem o devido sigilo, eu sou jurista e sei que existe o devido sigilo,
89 mas todos devemos saber e acompanhar sem tirar o devido sigilo em que
90 fase é que estão”.-----

91 **0926. DO SENHOR PRESIDENTE RICARDO MANUEL SILVA FERNANDES:-----**

92 **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA ROSA GUERRA:** “uma vez
93 que referiu que na última reunião que tivemos aqui na sexta-feira passada
94 foi referida uma inspeção aos serviços. Não é uma inspeção aos serviços,
95 eu não referi nunca nenhuma inspeção aos serviços. O que foi referido foi
96 realmente uma auditoria financeira e administrativa, não é exatamente a
97 mesma coisa, ao que a senhora vereadora Rosa Guerra retorquiou para
98 sendo assim, se investigar, a fundo, *ipsis verbis*, os recursos humanos
99 também. O que tenho a dizer em relação a esta questão é que fiquei sem
100 perceber, na altura, e uma vez que até era uma reunião extraordinária, não
101 havia muito lugar a estarmos com alguns diálogos em relação a esta
102 matéria, no entanto, fiquei curioso. Ficámos todos curiosos. Aliás, a senhora
103 refere agora que está curiosa para saber em relação a alguns processos
104 disciplinares. Ora bem, eu tenho a dizer que em relação a isso nada sei de
105 concreto. Se a senhora Vereadora quiser ter a gentileza e fineza de
106 explicitar mais alguma coisa, eu até lhe agradecia, uma vez que somos nós
107 que estamos a conduzir neste momento os destinos da Câmara, e uma vez,
108 que a senhora esteve cá nos últimos quatro anos, até lhe agradecia que
109 pudesse colaborar nalgum, digamos, nalgum esclarecimento que parecesse
110 oportuno. É uma forma de partir para o mandato de uma forma clara, de
111 uma forma completamente desvinculada de qualquer situação mais ou
112 menos confortável e, portanto, se quiser explicitar um bocadinho mais eu
113 até lhe agradecia essa colaboração”. -----

114 -----A senhora Vereadora Rosa Guerra disse que “não tenho que
115 explicitar nenhum processo que esteja em andamento, eu não tenho que
116 explicitar porque já não estou em exercício portanto não. Não é nada que eu
117 possa ter, que seja palpável para aqui. Eu quis esclarecer o seguinte,
118 porque como levantou uma celeuma, eu ter falado só em recursos
119 humanos, eu dei um exemplo, a intenção não era assim, estou com
120 suspeição, ou estou a suspeitar que há alguma coisa nos recursos

ATA N.º 26/2017 – Reunião ordinária dia 2017.11.21

121 humanos? Fui a pensar nisso e se calhar, não sei se isto devia ficar em ata,
122 que não foi de bom tom eu ter especificado um setor, não. Então que faça
123 auditorias a todos os setores, portanto, quando ouvi falar financeiro e
124 administrativo, mas se calhar, provavelmente para ser transparente, para
125 que eu tenha consciência tranquila, porque não fazer a todos os setores?
126 Era por aí que eu quero voltar atrás, e não dizer assim, vim aqui dizer
127 qualquer coisa sobre os recursos humanos, não. Esclarecer isso também da
128 minha parte, porque então vamos ampliar e foi nesse sentido que eu estou
129 a falar. Não especificamente para um sector, então que faça, seja amplo.
130 Não estou aqui a tentar suspeitar de ninguém diretamente, na sequência
131 disso tenho conhecimento que existia um processo disciplinar que foi
132 instaurado e gostava de saber em que fase está ainda que não tenho o
133 dever de perguntar porque tem sigilo, em que fase está, porque está ligado
134 ao setor das águas. Não sei se o senhor Presidente sabe de responder ou
135 então poderá ir saber e depois responde. Não preciso de resposta já”.-----
136 -----O senhor Presidente disse que “relativamente a esta questão não
137 sei, não sei especificamente o que se está a referir, mas vejo pelo seu
138 interesse, pela sua curiosidade que alguma coisa de relevante deve ser.
139 Apontei, tomei nota para realmente me inteirar dessa situação, em termos
140 do que está a decorrer com este tal processo disciplinar que de todo, em
141 todo, estou a ser completamente franco, não sei a que a senhora se está a
142 referir, esta é a realidade, mas como é lógico fiquei curioso como qualquer
143 pessoa ficaria curiosa perante estas referências, eu pensei até que,
144 eventualmente, houvesse mais questões, mas vejo que a sua especial
145 referência aos recursos humanos, uma vez que referiu única e
146 exclusivamente os recursos humanos, tem a ver com um processo
147 disciplinar. Em relação à outra situação referida. Eu acho que não vale a
148 pena estarmos com muitas delongas em relação à intervenção do senhor
149 Vereador José Manuel Vieira, uma vez que eu compreendo eu consigo
150 entender que do ponto de vista até psicológico haja certas dores em relação
151 a esta entrevista depois de se ter estado como Presidente de Câmara oito
152 anos e eu entendo perfeitamente essa situação. Agora a questão
153 relativamente a desviar processos nunca foi referido nenhum desvio de
154 processos. De fato as pastas ficaram vazias, ficaram vazias nos vários
155 gabinetes. Apontamentos deveriam ser imensos, então para quem escreve
156 sempre em computador, deviam ser apontamentos mesmo muito extensos
157 uma vez que eram imensas pastas não só do gabinete do Presidente da
158 Câmara, mas como também dos outros gabinetes da vereação. Eu não me
159 vou deter muito sobre esta matéria, são coisas que vão passar, passam
160 naturalmente e é bom que até passem porque, de facto, isto faz parte da

ATA N.º 26/2017 – Reunião ordinária dia 2017.11.21

161 situação normal e democrática da alternância de governação numa Câmara,
162 ou num governo onde é mais ou menos similar. Evidentemente que foram
163 ditos e é recorrente da parte do senhor Vereador José Manuel Vieira,
164 palavras que eu nunca dirijo a ninguém e que de facto, encerra tudo, tudo,
165 certamente até o seu pensamento. Quando referiu que haveria,
166 provavelmente um certo exibicionismo, que havia uma falta de calo e de
167 experiência intitulo isso como quase que uma tentativa de diminuição da
168 parte da outra pessoa em estar no cargo que tem hoje em dia. Não vou
169 comentar, não oferece qualquer tipo de comentário, retratar-se? retratar-se
170 de quê? De apenas dizer realidades, coisas que são pura e simplesmente o
171 que se passa na realidade? Portanto, em relação a toda esta situação, não
172 mais me oferece dizer, apenas que os tempos vão passando senhor
173 Vereador, vai ver que o senhor vai acalmando, vai achando isto natural.
174 Mas eu consigo entender, como já referi, consigo entender a sua postura,
175 quiçá até algo natural, de forma que eu quero ser muito mais amável em
176 termos de palavras e não vou dizer que o senhor de alguma forma também
177 se está a exhibir. Não, não direi, pura e simplesmente porei este assunto
178 para o lado e continuarei, porque trabalho é coisa que não falta nesta casa.
179 Mais alguém quer intervir, neste momento?” O senhor Vereador José
180 Manuel Vieira disse que “o senhor Presidente fala em dores, confundindo
181 dores com alívio, saúde e bem-estar. É só isso que sinto. Portanto não
182 continue a lançar confusões sobre aquilo que é a opinião dos outros e o
183 pensamento. O que sinto é que o senhor Presidente está a criar cenários
184 negativos, que não vai ficar por aqui, criando esses cenários negativos onde
185 eles não existem, para certamente o fazer, para usar como desculpas no
186 futuro.” O senhor Presidente disse que esta afirmação tinha que comentar:
187 “Esta tenho de comentar, era para seguir em frente, mas tenho que
188 comentar. Mas o senhor está a torcer para que as coisas não sejam feitas?
189 O que é engraçado é que, de facto, o senhor coloca cenários assim, de
190 repente, algo caricatos. É para estarmos aqui agora durante meia hora a
191 dizer um sim, um não, outro sim, outro não, não saímos daqui, senhor
192 Vereador, vamos continuar a reunião? Então mais alguém quer intervir
193 noutra matéria?”-----

ORDEM DO DIA

- 194
195 **0927. ELEIÇÃO DOS ORGÃOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS – 1 DE OUTUBRO**
196 **DE 2017 – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS AUTARQUIAS**
197 **LOCAIS:** Apreciada a informação n.º 31/2017 foi deliberado por
198 unanimidade e em minuta autorizar a transferência de verbas para juntas de
199 freguesia no âmbito da eleição dos órgãos das autarquias locais.-----

ATA N.º 26/2017 – Reunião ordinária dia 2017.11.21

- 200 **0928. PROPOSTA DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE TRÂNSITO:**
201 “Considerando a importância de que hoje em dia se reveste a ordenação do
202 trânsito em termos de qualidade de vida e bom funcionamento do nosso
203 concelho; considerando a importância de consensualizar as melhores
204 opções para responder aos desafios que o nosso intenso tráfego automóvel
205 oferece às nossas comunidades, abrangendo os representantes das
206 principais forças vivas do nosso concelho; proponho que a comissão de
207 trânsito passe a funcionar com a seguinte composição: a) 1 Vereador do PS
208 na Câmara Municipal; b) 1 Vereador do PPD/PSD – CDS/PP – Coligação
209 Bombarral para Todos na Câmara Municipal; c) 1 representante da junta de
210 freguesia em cuja área se esteja a intervir; d) 1 representante da GNR; e) 1
211 representante dos Bombeiros Voluntários do Bombarral; f) 1 representante
212 da Escola de Condução Cordeiro; g) 1 representante da Escola de
213 Condução Auto do Bombarral; h) 1 representante da Nova Bombarral
214 Escola de Condução; c) 1 representante da Associação Empresarial
215 Bombarral Sustentável.” Apreciada a proposta foi a mesma deliberada por
216 unanimidade e em minuta. -----
217 **0929. DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL AO ABRIGO DO DECRETO**
218 **– LEI N.º 165/2014, DE 05/11 – ABSOLUTLAND – COMERCIALIZAÇÃO**
219 **DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA:** O senhor Vereador José Manuel
220 Vieira disse que “não recebemos a documentação que nos permita fazer
221 uma análise da situação, mas que dada a importância da aprovação deste
222 ponto e havendo prazos a regular este processo aceitamos discuti-lo com a
223 apresentação do ponto hoje aqui na reunião”.-----
224 -----O senhor Presidente da Câmara disse “ao que sei, o anterior
225 executivo não fazia nada disso em todos os processos similares e nos das
226 obras particulares. Deixe dizer-lhe uma coisa, é evidente que se fosse um
227 assunto completamente novo, se fosse algo que eu estivesse aqui a
228 apresentar, nem conseguiria sequer colocar à deliberação um assunto que
229 os senhores não tivessem conhecimento. Agora senhor Vereador José
230 Manuel Vieira o que vejo aqui, além das datas, são as vossas assinaturas,
231 aqui, neste processo, portanto o que eu pretendia era agilizar tudo isto, não
232 estarmos aqui com nenhuma pequena guerrilha...desculpe, eu não lhe dei a
233 palavra, eu não lhe dei a palavra senhor Vereador José Manuel Vieira, por
234 ver aqui as vossas assinaturas é que pus à consideração e votação
235 imediatamente. Agora posso como é logico, passar a ler: O DL n.º165/2014,
236 de 05/11, alterado pela Lei n.º 21/2016 de 19/07, vem estabelecer um
237 regime extraordinário de regularização de estabelecimentos e explorações
238 que dispendo de título válido de exploração ou de exercício, estejam
239 impossibilitados de proceder à sua alteração ou ampliação, também por

ATA N.º 26/2017 – Reunião ordinária dia 2017.11.21

240 força de condicionantes atinentes ao ordenamento do território
241 supervenientes à sua instalação. À data da entrada em vigor do presente
242 DL não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração
243 ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade
244 com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou
245 com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. As alíneas
246 a) a d) do n.º 3 do art.º 1.º do DL n.º165/2014 de 05/11, e o artigo 3.º da Lei
247 n.º 21/2016 de 19/07, estabelecem as atividades económicas a que este
248 diploma se aplica. Estabelece ainda, que o pedido de regularização das
249 atividades económicas é instruído de entre outros, com deliberação
250 fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na
251 regularização do estabelecimento ou instalação, emitido pela assembleia
252 municipal, sob proposta da Câmara Municipal. O pedido apresentado por
253 Abel Gomes da Costa com morada na rua da Escola Primária, n.º20, no
254 lugar de Barrocalvo, freguesia de Carvalhal, com o NIF143254413, BI n.º
255 4228036, representante legal da empresa **Absolutland, Comercialização**
256 **de Produtos Alimentares Lda, NIF507897536, com sede na Rua da**
257 **Escola Primária, n.º 20, na localidade do Barrocalvo, 2540-329**
258 **Carvalhal**, endereço de email: viva.fruits@gmail.com. ATIVIDADE
259 EXERCIDA – A empresa em causa dedica-se à atividade agrícola e é
260 detentora dos CAE's: actividade principal CAE n.º 46311 Comércio por
261 grosso de fruta e produtos agrícolas, exceto batatas, actividade secundária
262 CAE n.º 01240 Cultura de pomóideas e prunóideas. A empresa exerce a
263 atividade agrícola desde 25/10/2006. Neste terreno existia um armazém
264 agrícola à 35 anos, que foi demolido este ano, com licença camarária,
265 dando lugar a novas instalações. Esta empresa dispõe de outro armazém,
266 também no Barrocalvo, com licença de utilização, a trabalhar na sua
267 capacidade limite. A Absolutland, tem uma capacidade instalada de
268 2500/ton de fruta, e está a trabalhar praticamente no limite. Nos dois anos
269 transatos, a faturação ronda os 2.288.000,00€ por ano. A Absolutland
270 pretende aumentar a capacidade frigorífica, e pretende instalar com esta
271 ampliação um calibrador de 4 linhas, com capacidade para 8 ton/h.
272 Pretende-se a ampliação das instalações em 2.340,65 m2 de área de
273 implantação e em 2.652,50 m2 de área de construção, para armazenagem
274 frigorífica, instalação de calibrador e para instalação de balneários e
275 refeitório, no 1º andar do armazém a ampliar. O refeitório terá uma área de
276 71,70m2 e os balneários, serão em número suficiente e separados por
277 sexos. CAPACIDADE NOMINAL - A empresa conta com 16 trabalhadores, a
278 termo incerto. Pretende contratar mais 8 trabalhadores. INSERÇÃO
279 URBANA E LEGAL DE PROPOSTA – O prédio, com área 15 187 m2,

ATA N.º 26/2017 – Reunião ordinária dia 2017.11.21

280 encontra-se classificado no Plano Diretor Municipal como Espaço Agro-
281 Florestal e REN -Reserva Ecológica Nacional. A construção bem como a
282 ampliação pretendida implantam-se em Agro-Florestal. O incumprimento do
283 PDM verifica-se em relação ao Índice de Construção Bruto máximo (ICB),
284 Área Total de Construção máxima (ATC), Cércea máxima e Afastamento
285 Mínimo às extremas, previstos no artigo 58º do seu regulamento, sendo que
286 esta ultima condicionante contornada através da unificação de dois prédios
287 pertença da requerente **CUSTOS DA DESLOCALIZAÇÃO DO**
288 **EMPREENHIMENTO** - Os custos económicos e sociais associados à
289 desativação da atividade, são os correspondentes aos empregos atuais, por
290 um lado, e por outro, as atividades em redor desta empresa que se
291 desenvolvem, como por exemplo de transportes, de equipamentos
292 agrícolas, de energia elétrica, contribuições autárquicas, etc. **PEDIDO DE**
293 **REGULARIZAÇÃO** – Pretende-se aumentar a capacidade frigorífica, e
294 instalar com esta ampliação um calibrador de 4 linhas, com capacidade para
295 8 ton/h, a instalação de balneários e refeitório, no 1º andar do armazém a
296 ampliar. É solicitado o enquadramento Decreto-Lei n.º165/2014 de 5 de
297 Novembro, que estabelece um regime extraordinário de regularização de
298 estabelecimentos de explorações existentes, para o qual, na parte
299 respeitante à desconformidade de localização com os instrumentos de
300 gestão territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou
301 restrição de utilidade pública, é elemento instrutório procedimental
302 essencial, a deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse
303 público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação,
304 emitida pela assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal”.-----
305 -----A senhora Vereadora Rosa Guerra disse que “o que me apraz dizer
306 depois do que estive aqui a ouvir e porque não recebi a documentação,
307 acho que o senhor Presidente lê muito bem, e faz muito bem a pontuação,
308 mas nós não precisamos que esteja a ler o documento, nós apenas
309 queremos ou desejamos que o senhor Presidente esteja preparado e que
310 resumidamente nos relembre o que era a documentação. Ora vir para aqui
311 ler isso, acho que não tem lógica, pronto, mas dou-lhe os parabéns, porque
312 lê muito bem e não se esquece de fazer a pontuação”.-----
313 -----O senhor Presidente disse que “a senhora Vereadora, certamente,
314 daria uma boa professora da escola primária ou primeiro ciclo como agora
315 se diz, no entanto, a forma como se conduz a reunião, compete ao
316 Presidente de Câmara que é que o estou a fazer”.-----
317 -----O senhor Vereador José Manuel Vieira disse que “depois do senhor
318 Presidente informar o que informou, embora todos nós tenhamos percebido
319 que é emitida atitude de gozo para com esta Câmara, estamos em

ATA N.º 26/2017 – Reunião ordinária dia 2017.11.21

320 condições de poder votar, mas entendo que o uso da prepotência por parte
321 do senhor Presidente poderá fazer com que não possamos intervir mesmo
322 para alertar para eventuais erros ou omissões, como já foi o caso. O senhor
323 Presidente irrita-se de cada vez que nós intervimos e entende sempre que
324 estamos do lado do contra, que estamos para obstruir o vosso trabalho”. ---
325 -----O senhor Presidente entreviu e questionou: “mas o senhor está a
326 falar com quem? Já se ouviu a si próprio? O senhor assanha-se? O senhor
327 está a falar com quem? Acha que essa terminologia é correta? Desculpe lá,
328 acha que essa terminologia é correta? Eu já lhe disse que lhe tiro
329 imediatamente a palavra. O senhor está com uma terminologia que não é
330 própria de uma vereação”. -----
331 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta reconhecer o interesse
332 público municipal na regularização do estabelecimento conforme parecer
333 técnico supra transcrito na intervenção do senhor Presidente da Câmara e
334 remeter o processo à Assembleia Municipal.-----
335 **0930. PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA – JORGE MANUEL DIONISIO CALVO:**
336 Este assunto foi retirado da ordem do dia.-----
337 **0931. RESTITUIÇÃO – INFORMAÇÃO N.º 194-AEGLD/2017 – ANA CRISTINA**
338 **SOUSA GANHÃO:** Apreciada a informação n.º 194-AEGLD/2017, foi
339 deliberado por unanimidade e em minuta autorizar a restituição de € 27,43 à
340 senhora Ana Cristina Sousa Ganhão. -----
341 **0932. RESTITUIÇÃO – INFORMAÇÃO N.º 195-AEGLD/2017 – MARIA JOÃO**
342 **DOS SANTOS ANTÃO:** Apreciada a informação n.º 195-AEGLD/2017, foi
343 deliberado por unanimidade e em minuta autorizar a restituição de € 13,04 à
344 senhora Maria João dos Santos Antão. -----
345 **0933. RESTITUIÇÃO – INFORMAÇÃO N.º 223-AEGLD/2017 – PAULA ISABEL**
346 **FERNANDES MAURICIO:** Apreciada a informação n.º 223-AEGLD/2017, foi
347 deliberado por unanimidade e em minuta autorizar a restituição de € 21,24 à
348 senhora Paula Isabel Fernandes Maurício. -----
349 **0934. RESTITUIÇÃO – INFORMAÇÃO N.º 226-AEGLD/2017 – BRUNO**
350 **ALEXANDRE MONTEIRO POSEIRO:** Apreciada a informação n.º 226-
351 AEGLD/2017, foi deliberado por unanimidade e em minuta autorizar a
352 restituição de € 23,91 ao senhor Bruno Alexandre Monteiro Poseiro. -----
353 **0935. RESTITUIÇÃO – INFORMAÇÃO N.º 230-AEGLD/2017 – MARIA JUDITE**
354 **MARTINS SOARES MOUGA:** Apreciada a informação n.º 230-
355 AEGLD/2017, foi deliberado por unanimidade e em minuta autorizar a
356 restituição de € 9,37 à senhora Maria Judite Martins Soares Mougá. -----
357 -----Pelas 15:50 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente ata,
358 que depois de lida e achada conforme, vai ser devidamente assinada nos

ATA N.º 26/2017 – Reunião ordinária dia 2017.11.21

359 termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo
360 Presidente do órgão e pela funcionária Municipal que a lavrou.-----

361

362 O Presidente da Câmara

363

364 A funcionária

365

366